



TURISMO ECOLÓGICO E ECOTURISMO: DIFERENÇAS E PRINCÍPIOS ÉTICOS

Giancarlo Philippi Zacchi¹

Resumo: O emprego do termo turismo ecológico nunca esteve tão em moda ultimamente. Neste sentido a idéia deste artigo que objetiva discutir as diferenças conceituais e os princípios éticos, procura aclarar um pouco mais a discussão que vem se travando no meio acadêmico e comercial da atividade. Observou-se que turismo ecológico dita regra e ecoturismo carece de ambiente preservado, e que ambos apresentam princípios éticos bastante distintos. Para tanto realizou-se uma análise da atividade em um mundo entrecortado e multifacetado, propondo-se a integração da atividade e do meio ambiente como parte integrante da sociedade e que se não for tratado com eficiência poderá se transformar num dos principais males já desenvolvidos pelo homem.

Palavras chave: Desenvolvimento; Ética; Gerenciamento.

Abstract: The term “Ecological Tourism” is much in use nowadays. Taking this usage of the term as a starting point, this article intends to discuss the conceptual differencer and ethical principles concerning the matter, either in the academic environment or in the trade activity. It was observed that the ecological tourism brings its own rules and that the ecotourism needs a protected environment, and present distinct etlical principles. In oorder to complete this objective, an analysis of the referred activity was done, considering a multifaced wordand proposing the integration of the activity and the environment as part of the society.

Key Word: Development; Ethic; Management.

1 Princípios Éticos no Gerenciamento da Atividade Turística

A proteção integral e a manutenção dos ecossistemas livres de alteração causados por interferência humana, criaram a necessidade de se desenvolver o conceito de desenvolvimento sustentável. A natureza ganha neste sentido um pacote de princípios que

¹ Mestre em Administração pelo Centro de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana e Professora da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: geancarlo.fsa@ftc.br

fomenta o uso inteligente com a possibilidade de aliar-se outras atividades dentro desses biomas. Esta estratégia vem até hoje, criando políticas em função de conseqüências de crises financeiras, repercutindo drasticamente sobre a utilização das reais necessidades de investimentos.

A ética do uso, representada pelo movimento antropocêntrico, fundamentação de valor ocidental, que estabelece valores para o desenvolvimento de uma racionalidade produtiva, sem preocupar-se com as questões dos processos ecológicos, e que atribui ao serhumano uma posição de centralidade em relação a todo universo, e que atrai para si o movimento da realidade, perdura ainda nos dias atuais, tendo como valor instrumental o uso da natureza como forma de manutenção da necessidade humana. É como se a natureza estivesse ali para ser extraída sem princípios e normas de relacionamento. A moralidade antropocêntrica passa a argumentar a noção de uso para as necessidades únicas do homem no que tange a sobrevivência e permanência dele no espaço, não havendo, na natureza e na cultura, valor contabilizável dentro da racionalidade econômica vigente. Não há neste sentido uma harmonia entre a humanidade e a natureza. Esta base de relacionamento vem calcada após a crise financeira mundial, onde a interdependência econômica e ecológica torna-se evidente.

E é com base neste princípio que os impactos ambientais se configuram colocando em cheque o desenvolvimento ambiental. A resolução CONAMA – 001, de 23 de janeiro de 1986, define impacto ambiental como sendo:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a) à saúde, segurança e o bem estar social; b) as atividades sociais e econômicas; c) à biota; d) às condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e e) à qualidade dos recursos ambientais (ANTUNES, 1990, p. 327).

No entanto o questionamento do posicionamento antropocêntrico toma fôlego a partir das obras de Carson (1962) e White (1967), que inicia uma reflexão da base filosófica de então, reorientando para uma identificação mais imparcial, centrada na ecosfera, nascendo

aí à ética da natureza, numa visão ecocêntrica, “vista como o domínio da administração ambiental eficiente” (WEARING e NEIL, 2001). Esta formação ideológica, remete a construção de um conjunto de valores e de sistemas que orientam e mobilizam os arranjos produtivos a uma racionalidade ambiental na geração de espaços de produção sustentada.

A importância ecocêntrica, discutida por Birch (1991) é importante, pois argumenta que se perceba que todas as criaturas têm valor intrínseco, criando uma rede da vida ou uma biodiversidade sobre o planeta, onde cada ser tem seu valor, representa uma função no ciclo trófico. Esta teia inseparável de relações apresenta uma visão parnasiana de troca, sensibilidade, direito e justiça de todos os seres vivos do planeta.

Esta mudança paradigmática de um ambientalismo superficial para uma ecologia profunda, exige a compreensão do planeta como um organismo vivo, onde há um entrelaçamento de seres e interesses, reconhecendo a interdependência fundamental de todos os fenômenos, encaixados ciclicamente na natureza. Morin (2000) acrescenta que:

[...] a revolução das recomposições multidisciplinares está longe de ser generalizada e, em setores, sequer teve início, notadamente no que concerne ao ser humano, vítima da grande disjunção natureza/cultura, animalidade/humanidade, sempre desmembrando entre natureza física e social, estudada pelas ciências humanas (MORIN, 2000, p.30).

Coerente colocar que o interesse social por este posicionamento, vem sendo identificado por diversos setores da sociedade, que apresentam interesses diretos no desenvolvimento ambiental. Muitos se interessam somente pelos resultados desencadeados, calcados, sobretudo no modismo. No entanto, há que se considerar também a real importância do contexto sistêmico.

A terra não é a soma de um planeta físico, de uma biosfera e da humanidade. A terra é a totalidade complexa físico-biológica-antropológica, onde a vida é uma emergência da história da Terra, e o homem, uma emergência da história da vida terrestre. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma reducionista, nem de forma disjuntiva. A humanidade é uma entidade planetária e bioesférica. O ser humano, ao mesmo tempo natural e supranatural, deve ser pesquisado na natureza viva e física, mas emerge e distingue-se dela pela cultura,

pensamento e consciência. Tudo isso nos coloca diante do caráter duplo e complexo do que é humano: a humanidade não se reduz à animalidade, mas sem animalidade, não há humanidade (MORIN, 2000, p.40).

Esta dramática mudança não acontece de uma hora para outra, mas ocorre através de rupturas paradigmáticas, num caleidoscópio cultural, onde valores, concepções, crenças, técnicas entre outras variáveis, se juntam, e a crise intelectual concentra e aceita a visão ecológica, empregada num sentido profundo, tal como Michel Casse, em discurso num banquete, indagado por um enólogo o que via um astrônomo em um copo de *bordeaux*, respondeu:

Vejo o nascimento do Universo, pois vejo as partículas que se formam nele nos primeiros segundos. Vejo um sol anterior ao nosso, pois nossos átomos de carbono foram gerados no seio desse grande astro que explodiu. Depois, esse carbono ligou-se a outros átomos nessa espécie de lixeira cósmica em que os detritos, ao se agregarem, vão formar a terra. Vejo a composição das macromoléculas que se uniram para dar nascimento à vida. Vejo as primeiras células vivas, o desenvolvimento do mundo vegetal, a domesticação da vinha nos países mediterrâneos. Vejo os bacanais e os festins. Vejo a seleção de castas, um cuidado milenar em torno dos vinhedos. Vejo, enfim, o desenvolvimento da técnica moderna que hoje permite controlar eletronicamente a temperatura de fermentação nas tinas. Vejo toda a história cósmica e humana nesse copo de vinho, e também, é claro, toda história específica do bordelês (MORIN, 2000, p.36).

Os extremos polares entre ética antropocêntrica, centralizada no ser humano, entendida como conjunto de regras e preceitos que determinam a conduta humana através do materialismo positivista e a ética ecocêntrica centrada na visão de uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados, observada como um conjunto de valores fundados através de uma racionalidade produtiva alternativa, calcada em modos de produção ecologicamente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis, conduzem a fronteiras sensíveis onde humanidade e natureza são sistemas ordenados com identidade integrada e cuja propriedade não pode ser reduzida em mais ou menos importantes. Elas surgem, portanto da organização cósmica do desafio da globalidade, onde os componentes que a constituem são inseparáveis e inter-retroativos.

Muito embora a ética ecocêntrica ainda encontre resistência por um grupo muito bem organizado, o turismo de natureza, vem tomando cada vez mais força no mercado internacional, e apresenta traços marcantes da principal fonte motivadora de deslocamento para o próximo milênio.

O interesse social por esta modalidade de turismo, vem sendo identificado por diversos setores da sociedade organizada tais como OMT (2003) que apresentam interesses diretos no desenvolvimento do ecoturismo.

O mais consentâneo ainda é procurar dentro deste enfoque, considerar todas as premissas apresentadas pelos setores envolvidos e que discutem a esfera conceitual sobre a real utilização do turismo na natureza.

Dessa forma, as mais recentes reflexões e análises sobre a questão (Farre e Runyan; Norris; Wallace; citados por CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996; BUCKLEY, 1994; LINDBERG, ENRIQUEZ, SPROULE, 1996), compartilham da opinião de que as operações turísticas com enfoque para a utilização da natureza apenas como meio ou cenário para a sua realização, oferecendo aos turistas tão somente a oportunidade de conhecerem lugares e populações exóticas, constitui-se no que se pode chamar de turismo com base na natureza, turismo voltado para a natureza ou turismo na natureza, e esse, segundo BUCKLEY (1994), tem sido o enfoque dado em especial pela indústria do turismo e também pela área governamental (PIRES, 1998, p. 88).

Entretanto, a atividade deve também estar comprometida com os aspectos de conservação, manejo e sustentabilidade, observando as dimensões ecológicas, econômicas e sociais do entorno, para difusão da consciência ecológica através da educação ambiental.

Este emprego inclui uma família de princípios orientadores tão “velho como a própria Idade da Pedra, em que o Homem circulava ecologicamente pela natureza” (YÁZIGI, 1999, p. 120).

2 Turismo Ecológico e Ecoturismo: Fundamentos Históricos, Definições, Conceitos e Diferenças

Desde que o Homem passou a deslocar-se e a desenvolver turismo, as paisagens tiveram papel preponderante sobre o próprio ato de localizar-se e, sobretudo como mecanismo sensitivo, no que tange os aspectos cênicos e paisagísticos.

Estes mecanismos utilizados pelo Homem para seu próprio contato com as coisas externas passam sempre mais a apresentar significações bem maiores, no que toca, sobretudo o entendimento na troca de experiências.

E, no entanto, pelo menos por parte dessas experiências consiste em lançar um olhar ou encarar um conjunto de diferentes cenários, paisagens ou vistas de cidades que se situam fora daquilo que, para nós, é comum. Quando vamos ‘embora’ olhamos com interesse e curiosidade o ambiente que nos cerca. Ele nos fala de um modo que apreciamos ou, pelo menos, esperamos que as coisas se passem assim. Em outras palavras, lançamos um olhar sobre aquilo que encontramos. Esse olhar é tão socialmente organizado e sistematizado quanto o olhar de um médico (URRY, 1996, p. 16).

Claro está que a variação do olhar é constante, e este mecanismo sensorial, integrante dos cinco sentidos clássicos dos gregos, tem como pressuposto uma visão mental construída inicialmente através do sonho e da projeção do destino como resposta aos estímulos propostos pelos veículos publicitários e de informação.

Bartley (1978), afirma que a percepção da paisagem é efetuada não só através da visão, mas é, sobretudo realizada pelos dez mecanismos sensoriais do homem.

O organismo humano possui dez modalidades sensoriais que respondem ao mundo externo: a visão; a audição; a pressão e o tato; a temperatura; a cinestesia (o sentido muscular); a dor; o paladar; o olfato; o sentido vestibular e o sentido químico comum. Esta classificação apóia-se em quatro critérios principais que prevaleceram por muito tempo: pelo primeiro critério, para isolar uma modalidade sensorial, deve-se demonstrar que a experiência que a constitui é única. O segundo, é o reconhecimento de que existe um tipo especial de órgão terminal como mediador da experiência. O terceiro, é a existência de uma via nervosa separada, que parte do órgão sensorial até o cérebro; e o quarto é a demonstração de que há um tipo ou traço especial de energia que atua como estímulo adequado. Quando se satisfazem estes quatro critérios, então pode-se diferenciar uma determinada modalidade sensorial. Seu uso permitiu que aparecesse um número de modalidades que vão mais além dos cinco sentidos clássicos dos gregos (BARTLEY, 1978, p. 82).

Desta maneira, pode-se dizer que a “paisagem constitui, portanto, um dos principais componentes do ambiente natural como oferta turística primária ou original” (BATISTA, 1997, p.362). Assim todo composto cênico, que integra o entorno dos focos, poderá ser considerado paisagem, e esta classificação permite a cada um, descreve-la de forma subjetiva, através do funcionamento dos organismos ali inseridos. Este complemento fisiológico compõe um campo motivacional que permite ao Homem, desprender-se do cotidiano e mergulhar em viagens sensitivas, onde se especifica detalhadamente as cenas não só do cotidiano, mas da imagem focalizada.

Para Petrochi e Kenigsberg (1968) a paisagem divide-se em três partes iguais:

Paisagem natural: conjunto de caracteres físicos visíveis de um lugar que não tenha sido modificado pelo homem. Paisagem cultural: paisagem modificada pela presença e atividade do homem (áreas cultivadas, barragens das hidrelétricas, cidades e outros) e paisagem urbana: conjuntos de elementos plásticos naturais e artificiais que compõem a cidade: colinas, rios, edifícios, ruas, praças, árvores, focos de luz e outros (PETROCHI E KENIGSBURG 1968).

Esta divisão facilita o entendimento e uma rápida leitura e releitura do composto, quer seja pictórico, quer seja literário. Não obstante, um dos assuntos mais polêmicos atualmente no estudo do turismo tem haver com o entendimento do que vem a ser ecoturismo, termo disseminado, sem um emprego correto.

Talvez, pela explosão que o ecoturismo promoveu no mundo, ainda não se tenha uma definição correta e muito mais um conceito definido da atividade, que cria diariamente neologismos, juntando partes características de outras modalidades, com objetivos diferentes e princípios vistos de outro ângulo. Wearing e Neil (2001), afirmam que o primeiro autor a utilizar o termo ecoturismo foi Ceballos-Lascurain (1981), a fim de designar esta atividade.

Paralelamente, o ecoturismo ganha força e adeptos a partir do estabelecimento do turismo alternativo que segundo Batista (1987) é:

Sugerido como a mais apropriada forma de desenvolvimento turístico nos países em vias de desenvolvimento, em vez do turismo de massas favorecido por muitos governos, mas os turistas interessados neste tipo de turismo estão freqüentemente interessados em atrações específicas, particularmente de animais, de montanha, de locais culturais ou das pessoas, que não devem ser encaradas não apenas na óptica de motivações e atrações, mas também do relacionamento entre elas (BATISTA, 1997, p. 43).

Dentro deste contexto, e diante de tantas designações de alternativo ou de natureza específica (FOSTER, 1972), nasce tipologias e expressões semelhantes, contribuindo para uma confusão de definições o que gera uma tensão significativa da qualidade exigível da atividade. O que se faz atualmente é detectar e enquadrar as atividades, com base num modelo de consumo numa faixa etária que dita comportamento. Com

intenção de esclarecer esta abordagem, deve-se considerar as tipologias existentes que orbitam ao redor do perfil dos turistas e das necessidades distintivas da demanda em preocupação, interesse e desenvolvimento de atividade.

Zacchi afirma que “há muitas maneiras de se identificar os clientes potenciais e reais, para se determinar quem deve definitivamente conviver com o autóctone (2002, p. 103)” e para fins desta matéria em específico, propõe a seguinte classificação.

Turistas Tradicionais: procura a imitação artificial cuja experiência lhe propicie o fantástico e o sonho para satisfação de todas as suas necessidades e onde a semelhança opõe-se a identidade. Geralmente compõem um estrato social de altíssimo nível não valorizando a experiência e a emoção captado no aprendizado das relações. Padronizam a população como seres primitivos e atrasados. Invariavelmente permanecem em complexos e resorts, verdadeiros guetos turísticos na visão de Kripendorff (1989), percebendo tudo do “alto para baixo”. Não importa os aspectos verdadeiros de uma região, mas sim a imagem que existe nele mesmo. Este tipo é altamente prejudicial, pois para o estabelecimento da atividade, seus atores se valem da visão messiânica do turismo.

Novo Turista: procura a autenticidade da destinação, busca principalmente os ecossistemas mais tradicionais da comunidade autóctone. Visitam os ícones turísticos do local, mas fundamentalmente escolhem ambientes onde os guias não levam, atribuindo-lhes valores excepcionais. Procuram sair do comum e buscam vivenciar as práticas locais. Também são turistas de alto poder aquisitivo, experientes e altamente exigentes. Diferentemente dos turistas tradicionais, o Novo Turista preocupa-se com o mix do produto, seu desempenho e relação, impondo naturalmente um posicionamento ecocêntrico. Transformam o núcleo receptivo, sua estada por assim dizer, numa sala de aula, num laboratório vivo identificando todos os detalhes peculiares dos anfitriões. Respeitam a fragilidade da terra e a dignidade alheia. São consumidores conscientes com forte orientação para preservação. (ZACCHI, 2002, p. 103)

Surge então, a aparição de subtipos do turismo alternativo tais como o turismo étnico, turismo cultural, turismo histórico e turismo ambiental entre outros. Daí a grande confusão do que vem a ser efetivamente ecoturismo.

Atualmente torna-se difícil referendar uma definição única a respeito do que é efetivamente ecoturismo. As diversas correntes tendem a conceber sua própria idéia. Não é difícil estabelecer uma relação metodológica que revele eficazmente a própria atividade, cuja primazia encontra-se ainda com a formação do próprio vocábulo. O prefixo eco, do grego oikos, significando casa, o radical tur, no hebraico antigo, significando retorno e o sufixo

ismo, representando o deslocamento do Homem. Ou seja, retorno do Homem às suas origens, ao entorno primitivo, cujas premissas apontam para a manutenção dos ecossistemas, como essência total da vida orgânica na terra. Esta relação particular da origem a uma análise dos princípios apresentados no Evangelho de Lucas (LUCAS, 15:11-32) que estão prontamente correlacionados ao desenvolvimento do ecoturismo. Tomando por base este princípio, pode-se afirmar que a idéia da proteção ou do retorno a, ou, estar protegido de, se interpenetram nas duas circunstâncias. Ou seja, o conforto de se retornar a um ambiente protegido, esta amplamente caracterizado.

Mas é efetivamente a partir do século XVIII, no período conhecido como turismo romântico, que as pessoas começam a gostar de ar, montanha, natureza. Até então ninguém olhava para estas paisagens como algo belo. Pelo contrário. Há descrições com termos como horrível e horroroso entre outros, predominando a teoria defendida pelos filósofos de que viajar não educava, e pior do que isso, trazia consigo vícios indomáveis, sendo rechaçada pela corrente de filósofos defensores da viagem, que entendiam que as escolas jamais alcançariam o mesmo resultado pedagógico de observação de usos e costumes, política, governo, religião e arte, sendo banido definitivamente tal posicionamento quando os irmãos Lunn introduziram na Suíça a prática do esqui naquele país.

O que é certo é que a partir do século XVIII e de todo o século XIX, fica marcado como sendo o período em que a nova motivação é o prazer do descanso e da contemplação das paisagens, vistas no final do século XIX como sendo um desafio ao Homem em preservar e desfrutar, posicionamento eminentemente pós-industrial.

Schenini (2001), em seu artigo “Gestão sustentável para empreendimentos de ecoturismo”, salienta:

Os países cresceram economicamente, industrializaram-se e suas empresas também aperfeiçoaram as técnicas de produção e gerenciamento utilizadas em seus processos operacionais. Entretanto, esta produção crescente e sem limites passou a consumir uma quantidade cada vez maior dos recursos finitos da natureza, seja como matérias-primas ou como esgotos para seus rejeitos e sobras degradantes do solo, da água e da atmosfera (SCHENINI, 2001, p.1).

Todavia, o Homem na sua feroz conquista de espaço e de recursos, alterou drasticamente seu meio ambiente, de modo preocupante e avassalador, gerando uma forte ameaça à qualidade ambiental, e em curto prazo, das possibilidades de uso. Sua dimensão restringiu-se exclusivamente durante longo tempo sobre a ética antropogênica, sendo inquestionáveis seus meios.

Com isso o interesse crescente pelo ambiente natural, por ambientes preservados, fez nascer o ecoturismo como sendo inicialmente uma estratégia para desencadear a preservação ambiental feita pelos governos.

Western (1995) afirma que:

Ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante. A expressão viagem responsável, outra designação para ecoturismo, envolve objetivos semelhantes. The Ecotourism Society oferece uma definição um pouco mais completa: Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local (WESTERN, 1995 p. 17).

Esta convergência de interesses, criou uma oposição aos guetos (KRIPENDORFF, 1978), uma vez que o desenvolvimento do ecoturismo passa pela utilização da mão-de-obra e de recursos da região, tornando-o assim parte da atração, como forma de participantes do processo. Observa-se a necessidade do desenvolvimento de políticas que beneficiem os moradores locais como sócios e não como inimigos implacáveis.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, reunindo o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, EMBRATUR, IBAMA e Empresários, chegou a seguinte definição:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO, MICT/MMA, MARÇO DE 1995).

A ênfase promovida é de que ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social, tornando-se uma alternativa altamente viável aos países em desenvolvimento.

Visto deste ângulo, esta definição faz sentido, observando as oportunidades e os temíveis riscos que a atividade mesocêntrica pode causar sobre o meio no que tange aos aspectos ecológicos, estéticos, econômicos, sociais entre outros. Mas onde podemos traçar uma linha divisória entre o que é ecoturismo, sua missão, princípios e características, e o turismo ecológico?

Por um lado, a onda atual é rotular um conceito de ecoturismo para designar qualquer grupo que viaje sobre a motivação ligada ao natural e ou cultural. Os princípios adotados são confusos e não respeitam a harmonização entre turismo, conservação e cultura. Neste sentido o papel do turismo ligado a natureza, torna-se amplo demais, podendo descaracterizar o desejo de se estar em ambiente preservado.

Selva e Coutinho (2000), a propósito do debate sobre a utilização dos termos ecoturismo e turismo ecológico afirmam que a incompatibilidade é a mesma entre teoria e prática. Neste sentido os princípios do ecoturismo giram em torno da possibilidade de se promover suporte à conservação e proteção ambiental; potencializar a responsabilidade do operador com a utilização sustentada dos recursos; gerar parcerias com agentes locais e Ongs; desenvolver atividades de baixo impacto ambiental; manter constante monitoramento das atividades realizadas; proporcionar educação ambiental, e produzir benefícios econômicos às comunidades envolvidas visando o desenvolvimento do meio rural através da participação das comunidades no desenvolvimento da atividade entre outros.

Assim, segundo aqueles autores (Selva e Coutinho, *cf.cit.*), o turismo ecológico é considerado o segmento no qual turistas e promotores de viagens procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo com a compreensão dos

fluxos e dinâmica que são estabelecidos no ambiente (SELVA E COUTINHO, 2000, p. 26)

Por outro lado, a expressão ecoturismo diz respeito a um tipo de turismo cujo arcabouço concentra-se na manutenção do desenvolvimento sustentável, traduzido como a preocupação com as gerações futuras, com a preservação dos biomas e com a justiça social.

Ao longo de toda a discussão acima, vê-se claramente que o conceito de ecoturismo implica medidas de conservação e manejo, apresentando uma relação intrínseca entre as empresas privadas que organizam viagem pela natureza e as entidades (governamentais e não-governamentais) responsáveis pela proteção das áreas naturais além da população local (FARIA E CARNEIRO, 2001, p.74).

Muito embora haja uma severa discussão a respeito da definição e do conceito de ecoturismo, no Brasil a expressão mais comumente aceita, inclusive pelo IBAMA e pela EMBRATUR, é turismo ecológico, cujo entendimento é traduzido como sendo “desenvolvido em áreas naturais, onde os seus consumidores procuram usufruir ao máximo a natureza, minimizando os impactos que possam causar, além de desenvolver uma consciência ou compreensão ecológica (FARIA E CARNEIRO, 2001, p. 74)”.

Assim para este trabalho, opta-se pela diferenciação entre as expressões turismo ecológico e ecoturismo como sendo, a primeira, a forma que diz respeito à preocupação com a dignidade alheia, ou seja, turismo ecológico diz respeito à conduta, comportamento, princípio norteador, ao passo que a segunda, ecoturismo, necessita de ambiente preservado, criado por legislação quer seja federal, estadual e ou municipal, que dependa de procedimentos de manejo, segundo a fragilidade da terra, e que deve ser feito em áreas de preservação ambiental integral, a fim de garantir a conservação do meio ambiente para as gerações futuras.

4 Considerações Finais

A idéia de que tudo que está ligado ao ambiente natural seja turismo ecológico proporciona uma grande confusão conceitual na sociedade. Em diversos países a definição

do que vem a ser ecoturismo já está bastante adiantada e isto possibilita a formação de uma idéia e de uma consciência ecológica bastante transformadora.

Por um lado, embora ainda haja a necessidade de se estabelecer o princípio ético na orientação gerencial a ser adotada no território nacional, para o desenvolvimento do ecoturismo, é muito difícil definir por outro lado, uma ação contundente que aumente o interesse de todos os envolvidos.

Desta forma este estudo poderá servir como forma de se trazer à luz da teoria a possibilidade de se afirmar que o ecoturismo faz parte integrante da sociedade. No entanto, pode-se concluir, qualquer que seja a origem e a definição da atividade, o uso deverá ser bastante correto, iniciando uma viagem sem retorno, pela qual a conservação ambiental deve estar sempre em evidência, uma vez que é a partir da própria natureza que o homem encontra força e elementos para continuar crescendo.

Referências

- ANTUNES, Paulo de B. **Curso de direito ambiental**. Rio de Janeiro : Renova, 1990.
- BIRCH, C. **A titanic on a collision course**. 21 C, Autumn, p. 82, 1991.
- BARTLEY, S. Howards. **Princípios de la percepción**. México : Trillas, 1978.
- BAPTISTA, Mário. **Turismo: competitividade sustentável**. Lisboa : Verbo, 1997.
- BRASIL.MICT/MMA.**Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**.Brasil, MICT/MMA, 1995.
- BRASIL. MIC. Resolução 001, de 23 de janeiro de 1986, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Define impacto ambiental.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo : USC, 2002.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. Tourism, ecotourism and protected areas: national parks and protected areas. In: **Seminar proceedings of the international Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) Ivth World Congress on National Parks and Protected Areas**. Caracas,10,12 February, pp.84-89.

- CARSON, R. **Silent spring**. London : Penguin, 1962.
- EVANGELHO DE SÃO LUCAS. 15: 11-32. **Bíblia Sagrada**. São Paulo : Paulina, 1996.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1989.
- FUSTER, Luiz Fernandes. **Teoria y técnica del turismo**. Madrid : Nacional, 1974.
- FARIA, Dóris Santos de e CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília : UnB, 2001.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.
- PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo: Visão e Ação**, 1998, pp. 53-71.
- OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Organização Mundial do Turismo. Porto Alegre: Bookmann, 2003.
- PETRONI & KENIGSBERG. **Dicionário de urbanismo**. Buenos Aires : Casarini, 1968.
Resolução CONAMA – 001, de 23 de janeiro de 1986
- SCHENINI, Pedro Carlos. Gestão sustentável para empreendimentos ecoturísticos. Gestão sustentável para empreendimentos de ecoturismo – **IV Encontro Nacional de Turismo com base Local: redescobrimo a ecologia**. 2001.
- SELVA, V.S.F., e COUTINHO, S.F.S. **Ecoturism X ecological tourism in Brazil: aa necessary distinction?** Annals of the Second International Congress & Exhibition on Ecoturism, abril, Salvador, 2000, pp. 26-28.
- URRY, Jhon. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo : Studio Nobel, 1996.
- WHITE, L. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**, 155, 1967.
- WEARING, Stephen, NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo : Manole, 2001.
- YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo : Global Universitária, 1999.

WESTERN, D. Definindo ecoturismo. **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão.** Kreg Lindenberg e Donald E. Hawkins. São Paulo: Senac, 1995, pp. 13-22.

ZACCHI, Giancarlo Philippi. **Gestão ambiental estratégica:** sistema de gestão turística sustentável para unidades de conservação. Dissertação de mestrado. Florianópolis, UFSC, CPGA, 2002..